

Apresentação

Estratégias corporativas no setor extrativo: uma agenda de pesquisa para as ciências sociais¹

**Rodrigo Salles Pereira dos Santos (UFRJ)²
Bruno Milanez (UFJF)³**

Por que um dossiê sobre estratégias do setor extrativo mineral?

A reunião desse conjunto de trabalhos focalizando as estratégias na Rede Global de Produção Mineral (RGPM) responde, um tanto tardiamente, ao movimento de expansão sistemática das atividades de pesquisa, extração e transformação primária realizadas por parte de corporações mineradoras e petrolíferas no Brasil, assim como em toda a América Latina, a partir do início dos anos 2000.

¹ Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio ao conjunto de pesquisas em que se baseia este trabalho.

² Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) e Professor do Dpto. de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia & Antropologia (PPGSA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordena o grupo de pesquisa e extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), é membro do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração (CNDTM) e assessora o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). E-mail: santosrodrigosp@gmail.com.

³ Doutor em Política Ambiental e Professor do Dpto. de Engenharia de Produção e Mecânica e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordena o grupo de pesquisa e extensão PoEMAS, é membro do CNDTM e assessora o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). E-mail: bruno.milanez@ufjf.edu.br.

Assim, se convencionou como *boom* das *commodities* minerais o movimento ascendente dos preços internacionais desses bens ao longo do período compreendido entre 2003 e 2011. Esse movimento induziu mudanças significativas na ação governamental e na atividade empresarial que, combinadas, elevaram substancialmente os níveis de investimento do setor. Em grande medida 'encerrada', essa conjuntura de preços não deixa de fazer sentir seus efeitos sociais, econômicos e ambientais, agora já integrados a impactos específicos do atraso, revisão e mesmo encerramento de projetos extrativos no país e no subcontinente.

Nesse sentido, o dossiê aqui apresentado toma como ponto de partida os efeitos mais gerais provocados por aquela conjuntura – hoje plenamente reconfigurada. Dessa forma, ele questiona o papel das ciências sociais na investigação de seus agentes indutores e práticas socioeconômicas, assim como das estruturas e instituições que favorecem sua ação.

Até o início dos anos 2000, a RGPM vinha sido encarada como um *locus* periférico para a investigação produzida pelos cientistas sociais brasileiros, com notáveis exceções nos campos dos estudos sobre o trabalho (GROSSI, 1981; MINAYO, 1986) e do desenvolvimento regional (BUNKER, 1985; COELHO e COTA, 1997). Esse cenário se modificou sensivelmente desde então, com o predomínio de análises centradas nos impactos e conflitos provocados por projetos mineradores e petrolíferos.

Em particular, a introdução da noção de conflito ambiental, entendido como a disputa material e simbólica entre grupos sociais – e ameaça a sua reprodução social – em torno das formas de apropriação e controle e das práticas de utilização e provisão de sentido a bens comuns e naturais territorializados (ACSELRAD, 2004) inspirou um conjunto de investigações empíricas desde então. Mais importante, sua crescente mobilização colocou em questão o "ambiente como um terreno contestado material e simbolicamente" (ACSELRAD, 2004).

Nesses termos, vem emergindo de forma progressiva uma percepção acadêmica no âmbito das ciências sociais⁴ acerca da centralidade desse setor nos processos contemporâneos de mudança social (ZHOURI, 2017).

⁴ A organização regular de grupos de trabalho e seminários temáticos nos encontros anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) entre 2004 e 2015, além de inúmeras atividades complementares nesse e em outros encontros científicos, vêm demonstrando a vitalidade da temática e constituindo-a como um subcampo interdisciplinar.

Tal mudança é acompanhada, em menor escala, pela identificação de alguns de seus riscos no plano da opinião pública.

Em ambas as esferas, processos de implantação de novos projetos mineradores e petrolíferos – em grande medida, em localidades *greenfield* –, de expansão de projetos ‘maduros’ e, mais recentemente, de suspensão ou encerramento de atividades, explicitaram a natureza propriamente conflituosa associada à RGPM.

Nesses termos, os processos de mudança social induzidos pela RGPM no Brasil e no restante da América Latina a partir dos anos 2000 têm sido caracterizados, fundamentalmente, pela disputa em torno da conversão de bens naturais e comuns de base territorial, distribuídos e utilizados de formas diversas, em recursos econômicos privados, sendo, progressivamente, apropriados e controlados por corporações extrativas de modo excludente.

A especificidade dos conflitos relacionados à RGPM em relação a outros setores econômicos tem residido, assim, na necessária conversão de bens em recursos, se alimentando da tensão entre a inércia relativa das formas de reprodução social de populações rurais e/ou urbanas, tradicionais ou não, e o imperativo de acesso a recursos minerais (BRIDGE, 2008) que condiciona a ação econômica das corporações mineradoras e petrolíferas. Essa natureza distintiva pode ser relacionada, predominantemente, a quatro elementos-chave.

Em primeiro lugar, o imperativo de acesso a recursos minerais e petrolíferos particulariza as relações entre agentes econômicos e não econômicos na RGPM. Assim, a dimensão não renovável dos bens minerais amplia decisivamente a vulnerabilidade das operações extrativas – em relação a outros segmentos econômicos – aos processos de depleção quantitativa e qualitativa de suas reservas. A escalada da expansão dos investimentos extrativos globais desde os anos 1990 colocou esse obstáculo em novo patamar, tendo em conta a redução do ritmo de descoberta de reservas de classe mundial⁵.

Consequentemente, a rigidez locacional e o enraizamento material (SANTOS e MILANEZ, 2015b) das corporações extrativas tendem a ser enfrentados a partir da formulação e da execução de estratégias orientadas à expansão e à substituição de reservas, sendo decisiva a sustentação do

⁵ A conjugação de processos tecnológicos mais eficientes, descoberta de novas fontes de recursos extrativos, e os ciclos de preços matizam a dimensão da finitude dos recursos sem, no entanto, eliminar sua influência na ação econômica.

acesso e do controle de recursos (WILSON, 2013), em particular diante de situações de conflito.

Por sua vez, padrões de dependência econômica e concentração de renda em escala local têm sido observados com regularidade em *company towns* mineradoras. De um lado, a literatura internacional vem sustentando que os resultados em termos de bem-estar socioeconômico nessas localidades são heterogêneos, variando de acordo com fatores relacionados ao recurso, à estrutura empresarial e à localidade em questão (TONTS *et al.*, 2012). Entretanto, análises empíricas vêm apontando a retração na posição relativa de municípios mineradores quanto aos setores secundário e terciário e às políticas públicas de saúde, educação e lazer (NAHAS, 2014), assim como níveis elevados de dependência da receita municipal das operações extrativas (CARVALHO *et al.*, 2012) e, conseqüentemente, de vulnerabilidade econômica, considerando o atrelamento dos processos de crescimento econômico e de ampliação desse setor (ALVARENGA, 2006). Nesses termos, os ciclos de *boom* e *pós-boom* do setor tendem a condicionar os efeitos socioeconômicos e padrões de conflito ambiental.

A importância assumida pelos bens minerais nos processos de reconfiguração dos Estados-nação latino-americanos⁶ e de seu papel na divisão internacional do trabalho constitui um terceiro elemento de distinção da RGPM. Assim, as estratégias de exportação de bens minerais como base de *catch-up* industrial implementadas a partir dos anos 1930 no subcontinente foram e são estruturantes – sendo reinventadas de tempos em tempos, tendo como expressões mais recentes os debates sobre neoextrativismo e neodesenvolvimentismo (MILANEZ e SANTOS, 2015) – de discursos socioeconômicos nacionalistas.

Nesses termos, o fenômeno do nacionalismo de recursos (NEM SINGH e MASSI, 2016) combina as matrizes discursivas anticolonial e industrialista na contestação aos grandes projetos extrativos na América Latina. De um lado, ele remete à crítica ao controle externo dos bens minerais, enfocando elementos objetivos relacionados à captura exógena de valor e mobilizando componentes subjetivos relativos à manutenção de estruturas e práticas de dominação colonial. De outro questiona a orientação exportadora de bens minerais *in natura*, em detrimento de processos de agregação de valor e verticalização industrial.

⁶ Assim como nas trajetórias de libertação colonial de muitos países asiáticos e africanos no séc. XX.

Finalmente, uma quarta dimensão do conflito no âmbito da RGPM diz respeito à incompatibilidade das operações extrativas com outras atividades de exploração de bens naturais, em especial no que diz respeito às demandas da primeira por terra e por água (SANTOS, 2013). Relacionando-se diretamente à redução qualitativa e quantitativa das reservas disponíveis no subcontinente, assim como dirigindo a 'interiorização' da extração mineral e o avanço da exploração petrolífera *offshore*,

Alega-se que as atividades de mineração estimulam mais disputas sobre a terra do que qualquer outra indústria. Isto é devido a fatores intrínsecos às atividades de mineração: graves rupturas em comunidades, restrição de outras atividades econômicas potenciais, além de problemas relacionados ao ambiente. Devido a diferenças essenciais vinculadas ao valor socioeconômico da terra, o conflito entre a mineração e outros usos da terra parece ser inevitável (BAKHEIT, 2005, p. 1).

Em paralelo, a água constitui um insumo-chave na RGPM, se vinculando ao controle ambiental, à manutenção de equipamentos, ao processamento mineral e, de modo cada vez mais importante, à logística. Em particular, sua conformação como insumo industrial incide de maneira direta sobre fontes hídricas disponíveis para populações humanas e não humanas. Assim, operações extrativas afetam a oferta ou disponibilidade hídrica total de dado território, ao se apropriar de nascentes e cursos d'água com destinação prioritária para consumo humano. Em paralelo, influenciam o regime de águas, por meio da alteração de cursos hídricos, assim como impactam as condições hidrogeológicas dos aquíferos mediante rebaixamento de lençóis freáticos.

No que diz respeito ao uso industrial, a água assume importância-chave nos processos de exploração e beneficiamento minerais, assim como na disposição de águas residuais. Duas dimensões adicionais são, no entanto, verdadeiramente críticas. A primeira se relaciona à deposição de rejeitos, dependente no Brasil da opção tecnológica por barragens; sua gravidade é explicitada por eventos como o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton (MANSUR *et al.*, 2016). Por sua vez, o transporte por mineroduto de polpa de minério vem ampliando exponencialmente a demanda por água em grandes projetos extrativos.

Dessa maneira, a natureza conflituosa do processo de conversão desses bens em recursos naturais⁷ vem liberando uma enorme energia em termos de contestação social (HOMMEL e GODARD, 2005) e potencial de confronto político (TARROW, 2009). De fato, a paisagem política e social latino-americana (BEBBINGTON, 2012; BEBBINGTON e BURY, 2013) tem sido marcada pela emergência de padrões de conflito nos quais processos de contestação social e confronto político (RAMALHO *et al.*, 2013; SANTOS e MILANEZ, 2015a) têm se tornado crescentemente importantes para os resultados econômicos de corporações e governos, assim como para os destinos de executivos e formuladores de políticas para o setor. Dessa forma, tais processos de retorno ou *feedback* sociopolítico assumem uma dimensão decisiva como fenômenos economicamente relevantes (WEBER, 2003).

No Brasil, a documentação da multiplicidade de situações de conflito ambiental (FERNANDES e ARAUJO, 2017; FIRPO *et al.*, 2017; ZHOURI *et al.*, 2017), envolvendo, em grande medida, projetos extrativos se ampliou enormemente desde meados dos anos 2000. Além disso, a progressiva articulação de organizações e movimentos sociais em redes de contestação social à RGPM começou a ser explorada no que concerne às escalas regional e, principalmente, nacional e internacional.

Nesse sentido, alguns estudos se dedicaram a discutir o importante fenômeno do *upscaling* da contestação social às atividades extrativas e suas interações como conflitos e resistências locais, estimulado pela emergência de novas redes nacionais e internacionais. Dentre essas, vêm se destacando a Rede Brasileira de Justiça Ambiental e seu Grupo de Trabalho Articulação Mineração e Siderurgia (RBJA/GTAMS), de 2007; a Articulação Internacional das Atingidas e dos Atingidos pela Vale (AIAAV), criada em 2010; o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), de 2012; e o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração (CNDTM), de 2013 (WANDERLEY, 2012; GUEDES, 2015; SANTOS e MILANEZ, 2015a; LYRA, 2016; MAGNO, 2017).

Assim, estreitamente associada à expansão das operações extrativas e dos conflitos ambientais em torno de grandes projetos mineradores e petrolíferos, a produção de conhecimento no âmbito das ciências sociais sobre a Indústria Extrativa Mineral (IEM) tem concentrado seu foco

⁷ Processo esse passível de interpretação nos termos de uma acumulação por espoliação permanente (HARVEY, 2005), que se encontra na base de todas as redes de produção.

analítico sobre os agentes sociais – em particular, os movimentos sociais e suas redes de contestação⁸.

Desse modo, o tratamento acadêmico sobre o setor tem contornado, de maneira um tanto indevida, a necessidade de produzir análises empíricas e teóricas sobre o comportamento empresarial de mineradoras e petrolíferas, como demonstra a pesquisa na área em âmbito internacional (RAJAK, 2011; DENEULT e SACHER, 2012; KIRSCH, 2014; DOUGHERTY, 2015; ELLEM, 2017). A constituição de uma agenda de pesquisa centrada nos agentes econômicos, considerados em sua variedade – das companhias exploradoras e mineradoras/petrolíferas *juniors*, passando pelas intermediárias ou de terceira camada, e chegando às corporações líderes ou *majors* (LEIJH, 2013) permanece, portanto, como um desafio a ser enfrentado.

Uma agenda desse tipo demanda uma orientação analítica plural que, embora centre-se nas corporações, sugere atenção aos agentes de intermediação econômica, partindo das organizações setoriais e profissionais representativas, como o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), e sua capacidade de influência sobre agentes políticos; passa pela mídia especializada, tendo como exemplo a Revista Brasil Mineral; e encontra nos mercados financeiros e seus agentes – investidores e agências de classificação de risco, em particular – seus fundamentos disciplinares.

Ademais, tal agenda se justifica não somente em razão de lacunas ou *gaps* acadêmicos, mas deve ampliar consideravelmente o volume de informações e o conhecimento especializado sobre padrões de cognição e comportamento de agentes individuais – gerentes e executivos, em especial – e coletivos, das seções a subsidiárias regionais de corporações transnacionais, mineradoras e petrolíferas.

O acesso a esse conhecimento é relevante, senão decisivo, em face do *trade off* crescente entre as necessidades de controle social e política do comportamento empresarial e a ampliação exponencial do poder corporativo diante dos agentes não econômicos (SANTOS e MILANEZ, 2017). Nesses termos, as situações de conflito ambiental e as ações de resistência às operações extrativas dirigidas por comunidades e movimentos sociais e suas redes na América Latina estão inerentemente

⁸ Outra linha de investigação que se mostra promissora, apesar de negligenciada até o momento, diz respeito ao papel dos agentes políticos, tendo em conta suas relações com interesses econômicos promovidos pelas corporações extrativas (MILANEZ e SANTOS, 2013; OLIVEIRA, 2013; 2015; MILANEZ *et al.*, 2017).

relacionadas a características dos subsetores, corporações e projetos extrativos, demandando conhecimento especializado de estruturas e agentes econômicos como base para a construção e difusão de formas de contestação social efetivas.

Entretanto, esse direcionamento vem sendo delineado apenas recentemente. Assim, a decisão de concentrar os esforços teóricos e empíricos na ação econômica desempenhada por corporações extrativas emergiu no grupo de pesquisa e extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) apenas em 2015, no intervalo da realização de entrevistas e observação direta durante um curto período de trabalho de campo em Itabira.

Especificamente, as evidências acerca de formas bastante sofisticadas de mobilização de recursos e exercício do poder corporativo por parte da Vale S.A. naquele município – incluindo a inércia institucional e a mobilização da apreensão subjetiva e coletiva daquela comunidade – despertaram uma percepção aguda da necessidade de posicionar a ‘corporação mineradora’ no centro da análise e investigar seus padrões de agência com vistas à superação daquilo que, acima, foi designado como um imperativo de acesso a recursos minerais (BRIDGE, 2008).

Desde então, acreditamos que essa reorientação teórica e empírica tem sido decisiva para desvelar processos organizacionais determinantes das formas assumidas pelos conflitos ambientais e das condições de eficácia da contestação social à RGPM na América Latina ao longo de duas décadas – assim como no Brasil, particularmente.

Ao mesmo tempo, a abertura desse flanco analítico assume enorme potencial no que respeita à produção e difusão de recursos voltados à instrumentalização de ações de contestação social, assim como das organizações e instituições que as vêm praticando. Dessa forma, a proposta desse dossiê se inscreve em um programa de trabalho mais amplo, articulando a pesquisa científica no âmbito das ciências sociais a atividades de extensão e atuação política, partindo do ‘trabalho de base’ junto a redes e movimentos nacionais e internacionais (RBJA/GTAMS, AIAAV, MAM e CNDTM) e se inserindo criticamente no debate público sobre a questão mineral no Brasil.

Uma proposta teórico-metodológica para investigar as estratégias corporativas

A referida agenda de pesquisa remete à abordagem conceitual das Redes Globais de Produção (RGPs) (HENDERSON *et al.*, 2011), que temos explorado de modo sistemático no que respeita à RGPM no Brasil (SANTOS

e MILANEZ, 2015a; c). De modo geral, o enquadramento ofertado pelo modelo tem permitido analisar o setor extrativo mineral – com particular ênfase sobre o subsetor de minério de ferro – a partir da inserção de agentes econômicos-chave – as mineradoras e petrolíferas – em redes de relações econômicas e não econômicas abrangentes, que oportunizam e restringem sua agência em dimensões estrutural e interativa.

Conceitualmente, RGPs são estruturas espacialmente desintegradas de operações de exploração e extração, transformação industrial, provisão de serviços, distribuição, consumo e descarte, funcionalmente coordenadas por corporações transnacionais (CTNs) (DICKEN, 2011; HENDERSON *et al.*, 2011). Esse papel integrador das CTNs só pode ser exercido, no entanto, sob pressões estruturais e interativas, mercantis e não mercantis, possuindo natureza propriamente estratégica.

Dessa forma, a coordenação de sistemas de agentes econômicos em escala global desempenhada por CTNs extrativas mobilizando relações complexas de propriedade e não propriedade, com vistas à criação, ampliação e captura de valor (HENDERSON *et al.*, 2011) depende de fatores que transcendem, em grande medida, o seu controle. Tais fatores incluem desde os ciclos de preços das *commodities* minerais até os dispositivos de disciplinamento mobilizados em mercados financeiros, em âmbito estrutural; assim como a atuação de competidores, os regimes políticos de acesso a bens minerais, e a capacidade de agentes sociais opor resistência a projetos extrativos e de influenciar a opinião pública acerca da RGPM, no plano interativo.

Nesses termos, a atuação de corporações extrativas é, sobretudo, dependente de sua capacidade – assim como a de seus aliados e opositores – de mobilizar recursos apropriados e exercer poder (SANTOS e MILANEZ, 2017) consistentemente. O volume e a qualidade desses recursos, assim como as habilidades para mobiliza-los, são assimetricamente controlados, de modo que o exercício de formas de poder corporativo, institucional e coletivo (HENDERSON *et al.*, 2011) é sempre dependente dos contextos empíricos nos quais agentes econômicos e não econômicos se defrontam.

Além disso, essa atuação é conformada em sua dimensão estrutural por relações e instituições sociais, bem como condições físicas de extração e produção, remetendo à análise da estrutura estabelecida das relações de rede e das práticas normativamente reguladas dos contextos de origem e de operação das CTNs nos nós específicos onde atuam. Dessa forma, os fenômenos do enraizamento de rede, social, territorial (HESS, 2004;

HENDERSON *et al.*, 2011) e material (SANTOS e MILANEZ, 2015c) condicionam de modo decisivo o comportamento corporativo.

Dessa maneira, a noção de estratégia corporativa representa um artefato conceitual voltado à operacionalização da agenda de pesquisa apresentada. De fato, essa noção é mobilizada no contexto das pressões estruturais (enraizamento) e interativas (poder) que tanto permitem quanto constroem a liberdade da corporação para definir seus objetivos específicos de captura de valor e executar os modos apropriados de persegui-los.

Assim, a estratégia pode ser definida como um repertório de ações coordenadas desempenhado por um ou mais agentes com vistas a: (1) elevar sua capacidade de criar, ampliar e/ou capturar valor; (2) expandir seu poder e/ou reduzir o poder de outros agentes; e/ou (3) alterar as condições de enraizamento em seu favor. A estratégia corporativa é definida, portanto, no quadro de formas de racionalidade limitada e de recursos assimétricos, assim como sua execução é social e politicamente dependente e construída.

De modo geral, abordagens normativas e racionalistas têm dominado o debate sobre estratégia, entendida como curso de ação intencional e resultado da formulação e implementação racional de metas. Entretanto, nossa concepção é predominantemente descritiva, com vistas à compreensão dos vínculos entre agentes e ambiente.

Portanto, considerando que o acesso às intenções dos agentes – individuais e/ou coletivos – permanece um problema epistemológico e metodológico relevante nas ciências sociais, a noção de estratégia mobilizada não se volta à descoberta de objetivos ou planos dos agentes. Diferentemente, a estratégia emerge como uma construção predominantemente dedutiva e objetiva, expressando padrões ou cursos de ação dos agentes ao longo de dado período de tempo em contextos específicos.

Dois elementos são relevantes para a abordagem pretendida. Em primeiro lugar, a estratégia não diz respeito tão somente ao que o agente faz de modo explícito, mas em muitos casos, remete mais amplamente às formas de agência implícitas ou tácitas e, principalmente, ao que agente opta por não fazer de modo a sustentar sua posição diante de outros agentes (SANTOS e MILANEZ, 2017).

Por sua vez, o conceito de estratégia se distingue da noção operacional de tática, considerando que os blocos de ação desenvolvidos pelo agente são, em alguma medida, singulares e, portanto, envolvem

comportamentos concretos em situações de interação. Não obstante, tais comportamentos possuem características similares, identificáveis em âmbito corporativo, (sub)setorial e territorial. Dessa forma, a esfera da estratégia abrange táticas diversificadas, embora agrupáveis em padrões discerníveis segundo seus efeitos externos.

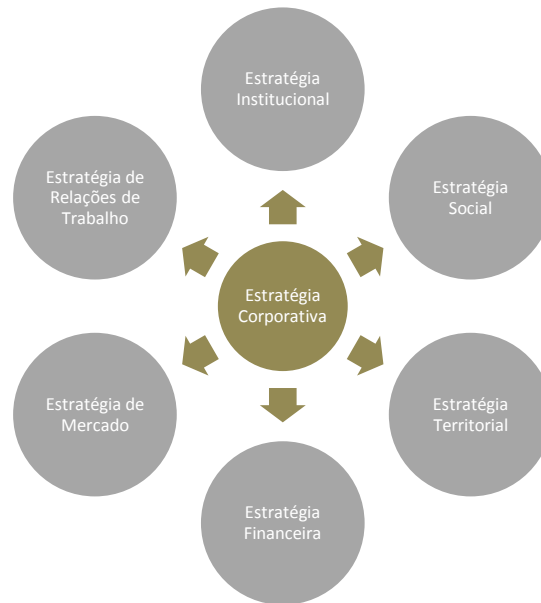
Mais especificamente, a noção derivada de estratégia corporativa deve ser compreendida em face das especificidades do comportamento de CTNs mineradoras e petrolíferas e das estruturas das RGP's extrativas que coordenam, que nos interessam em particular. Dessa forma, a estratégia corporativa é definida como o repertório de ações desenvolvido por uma CTN extrativa, cuja coordenação em rede objetiva sustentar e/ou melhorar sua posição relativa quanto aos processos do valor, aos recursos e formas de exercício do poder e às condições de enraizamento.

De fato, a definição e a implementação da estratégia corporativa, tendo em conta sua conformação interativa e estrutural, mobilizam uma multiplicidade de processos e agentes, mas levantam, principalmente, questões específicas que demandam operacionalização. Dessa forma, propomos um tratamento tipológico da estratégia corporativa com vistas à exploração empírica, permanecendo como um conjunto de indicações de ordem metodológica que demanda aprofundamento.

Assim, tendo por base a tipologia de agentes apresentada pela literatura de RGP's (DICKEN, 2011; HENDERSON *et al.*, 2011), propomos seis dimensões da estratégia corporativa no que diz respeito a CTNs e RGP's, a saber, institucional, social, territorial, financeira, de mercado, e de relações de trabalho⁹, cf. Gráfico 1.

⁹ Esta tipologia, ainda em construção, vem sendo elaborada e debatida coletivamente dentro do grupo de pesquisa e extensão PoEMAS. Nesse sentido, gostaríamos de registrar e agradecer as contribuições dos pesquisadores Luiz Jardim de Moraes Wanderley, Maíra Sertã Mansur, Raquel Giffoni Pinto, Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves e Tádzio Peters Coelho.

Gráfico 1: Diagrama das dimensões da estratégia corporativa em CTNs/RGPMs



Fonte: elaboração própria.

Assim, em primeiro lugar, tomando em consideração o papel do Estado e de agentes atuantes em múltiplas escalas de ação política, a noção de estratégia institucional compreende a ação organizacional ou o exercício do poder corporativo dirigido aos agentes políticos, assim como a mobilização do poder institucional em seu favor. Dessa forma, CTNs extrativas buscam influenciar – legal, ilegal ou mesmo ilegalmente – tanto os agentes políticos quanto as regras e as instituições políticas voltadas à regulação de suas operações. Os campos da produção e adequação das leis ambientais e/ou relativas a direitos territoriais, assim como da legislação específica, mineral e petrolífera, mas também as práticas de *lobby*, financiamento de campanhas eleitorais, etc., são particularmente relevantes para seu entendimento.

Por sua vez, a dimensão da estratégia social diz respeito à influência exercida pelas corporações sobre os padrões emocionais, cognitivos e de agência da sociedade civil, apreendida igualmente a partir de escalas múltiplas e interativas. Considerando a natureza inerentemente contestável já apontada da RGPM, essa dimensão da estratégia corporativa objetiva construir e reproduzir construções valorativas favoráveis às operações extrativas, enfocando predominantemente afetados, movimentos sociais, mídia e cientistas. Nesses termos, as corporações promovem a gestão antecipatória da contestação, buscando limitar os efeitos potencialmente

restritivos sobre “seus direitos de exploração ou de desenvolvimento” (HOMMEL e GODARD, 2005) de atividades e bens/serviços.

A chamada estratégia territorial remete aos padrões de ação direta e indireta das corporações com vistas ao acesso, à ampliação, ao controle e à reposição constante e segura de sua base de bens naturais (BRIDGE, 2008; WILSON, 2013). Especificamente, a concentração e a mobilização de recursos voltados à aquisição e à apropriação de terras, aos direitos de uso da água e outros recursos naturais, à exclusão de usos concorrentes – por exemplo, a agricultura familiar e a pesca artesanal –, e à sustentação prática, muitas vezes violenta, dos direitos territoriais adquiridos são decisivos para os processos de captura de valor operados por corporações extrativas, sendo decisivamente influenciados pelo grau de enraizamento territorial de suas operações. Aqui, a noção de território é central, sendo entendida como espaço conformado por relações de poder e que não pode ser limitado à escala local, demandando uma compreensão efetivamente multiescalar.

Em seguida, tendo em conta a natureza capital-intensiva e os riscos mercantis vinculados à RGPM, seus agentes econômicos são confrontados por problemas relacionados à mobilização e à gestão interna e, principalmente, à obtenção externa de recursos econômicos, dando origem a estratégias de financiamento específicas. Tais estratégias são influenciadas pelo volume e pela diversidade geográfica e (sub)setorial das operações realizadas pelas corporações extrativas, mas respondem fundamentalmente às opções de endividamento e de controle proprietário disponíveis, sendo essas definidas predominantemente por agentes e estruturas externos à corporação e que, portanto, impactam diretamente os processos relacionados à captura de valor e às condições de exercício de poder corporativo. Dessa forma, CTNs extrativas tendem a ser profundamente dependentes dos agentes de intermediação, sendo vulneráveis aos mecanismos de disciplinamento financeiros (SANTOS, 2017).

Por sua vez, a dimensão da estratégia de mercado reúne os padrões de investimento ou alocação de recursos disponíveis nos segmentos geográficos e setoriais de atuação, os padrões tecnológicos e a organização dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), assim como o foco nos principais bens e/ou serviços ofertados e sua estrutura de comercialização. Dessa forma, essa dimensão remete ao posicionamento das corporações quanto a competidores, mas também aos agentes políticos e sociais, conformando suas opções de ingresso, manutenção e saída de mercados e (sub)setores (SANTOS e RAMALHO, 2015).

Finalmente, a estratégia de relações de trabalho diz respeito ao modo como a corporação lida com a indeterminação da força de trabalho e sua capacidade de resistência, buscando exercer o controle – formal e/ou real – sobre o processo de trabalho no ‘chão de fábrica’. Essa dimensão estratégica envolve elementos relacionados à remuneração direta e indireta dos trabalhadores; às formas de contrato, com ênfase nas redes de subcontratação; às relações de trabalho, com ênfase em suas condições; à organização do tempo e à jornada de trabalho; à saúde e à segurança; além das relações sindicais (SANTOS e RAMALHO, 2015). A estratégia de relações de trabalho se relaciona, portanto, de modo direto, ao processo de criação do valor e à extração da mais-valia.

Dessa forma, o estudo analítico de estratégias corporativas se coloca como um desafio complexo do ponto de vista teórico e, principalmente, metodológico. Para além da definição das políticas explícitas, considera-se fundamental observar e avaliar o comportamento efetivo das corporações, identificando padrões de ação e inação. Ao mesmo tempo, apesar de reconhecer certa sobreposição de dimensões estratégicas de atuação das CTNs, sua diferenciação se mostra como uma necessidade metodológica que permite a operacionalização dos estudos empíricos.

As contribuições presentes neste dossiê

Como descrito anteriormente, o esforço para construção de um debate conceitual dentro das ciências sociais que tragam reflexões sobre estratégias corporativas no setor extrativo ainda está em formação no Brasil. Embora já existam estudos sobre o tema na literatura internacional (DE JESUS SOARES, 2004; DASHWOOD, 2013), no Brasil, o olhar sobre a atuação das empresas possui forma mais consolidada apenas nos campos da administração empresarial e da engenharia (TAUHATA e MACEDO-SOARES, 2004; GONTIJO CHIABI e GONÇALVES, 2010). Nesse sentido, apesar da diversidade de dimensões estratégicas proposta na seção anterior, nem todas foram abordadas pelos artigos submetidos para publicação neste dossiê. Tal situação sugere uma ampla agenda de pesquisa a ser construída a partir destas primeiras contribuições.

Tendo como objetivo atrair novos olhares para as ações corporativas, para além das áreas da engenharia e administração, o dossiê contou com a colaboração de pesquisadores da geografia, sociologia, antropologia, direito e desenvolvimento rural. Devido às múltiplas perspectivas da atuação empresarial e de suas diversas interfaces, a proposição de análises a partir de diferentes campos do conhecimento se mostra positiva,

existindo ainda como desafio a ser superado a efetivação de pesquisas que usem simultaneamente esses múltiplos olhares.

Se há certa diversidade de áreas do conhecimento, os temas de estudo demonstram uma menor variação. Ao longo do dossiê, observa-se a centralidade dos estudos sobre minério de ferro, bem como das estratégias da Vale S.A. (incluindo sua subsidiária Samarco). Tal presença se mostra natural pela quase hegemonia da empresa no nó brasileiro da RGPM. Apesar disso, há estudos que olham para além desse contexto e avaliam outros minérios (cobre e ouro) e ainda outras empresas, como a canadense Imperial Metals, e as sul-africanas Anglo American e Goldfields.

A tipologia descrita no modelo proposto se mostra como uma possibilidade analítica, sendo considerada como uma tentativa de organização dos grupos de ações das empresas. Entretanto, estudos empíricos tendem a apresentar uma grande riqueza de informações, o que dificulta sua categorização. Apesar de estarmos cientes de que, ao rotular os trabalhos aqui apresentados, corremos o risco de não transmitir toda a sua riqueza analítica, acreditamos que esta estruturação ajudará o leitor a identificar os aspectos mais marcantes de cada um dos trabalhos, em relação ao modelo conceitual apresentado.

Assim, dentre os trabalhos que tratam primordialmente das estratégias institucionais, MARSHALL (2017b) avalia a relação entre empresas e Estado, antes e após grandes desastres envolvendo barragens de rejeito de mineração. Os rompimentos das barragens de Fundão, em Minas Gerais, e de Mt. Polley, na Colúmbia Britânica, foram os dois maiores desastres registrados em termos de volume de rejeito liberado (BOWKER, 2015). A autora inicia seu artigo descrevendo algumas das situações de captura regulatória que podem ser identificadas envolvendo o setor mineral tanto no Brasil quanto no Canadá. Estas similaridades voltam a aparecer no trabalho de XAVIER e VIEIRA (2017), quando elas descrevem as facilidades criadas pelo Estado brasileiro para estimular as atividades de extração mineral a partir do conceito de mineralo-Estado, que foi criado por (DENEULT e SACHER, 2012) para descrever a realidade canadense.

O trabalho de MARSHALL (2017b) se estrutura de forma analítica e ela pondera sobre diferentes táticas utilizadas tanto pela Samarco quanto pela Imperial Metals nos dois países, incluindo *lobby* e financiamento de campanha, descon sideração de alertas de risco, falta de preparo para responder a desastres e a minimização dos impactos resultantes dos desastres. Dentre essas táticas, a opção pela minimização dos impactos e a contestação das evidências apresentadas pelo Estado e pelas comunidades já haviam sido detalhadamente descritos por KIRSCH (2014)

em sua investigação de como a BHP lidou com a contaminação por rejeito de minério do Rio Ok Tedi, em Papua Nova Guiné. A recorrência de ações semelhantes ilustra, assim, aquilo que identificamos propriamente como estratégia.

Um segundo artigo que destaca a relação entre empresas mineradoras e Estado foi elaborado por ROJAS *et al.* (2017). As autoras descrevem e analisam o tensionamento gerado entre movimentos sociais e a mineradora Vale S.A em torno do Projeto Apolo e da criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Para além da descrição da importância social e ecológica da região, o artigo apresenta evidências que servem de base para o questionamento da eficácia dos “grupos de diálogo” e das “soluções consensuais” na resolução de conflitos ambientais. Mais especificamente, após relatar todo o processo participativo de consultas públicas e de criação de dois Grupos de Trabalho para a definição dos limites do Parque, as autoras detalham como, após exame pelo Ministério do Meio Ambiente, o polígono definido de forma participativa foi modificado, não respeitando os acordos feitos entre os órgãos ambientais e as comunidades locais e favorecendo os interesses do setor extrativo mineral. Dessa forma, a pesquisa sugere que a assimetria de poder se dá para além das “mesas de diálogo” e também inclui acesso privilegiado aos tomadores de decisão, em momentos posteriores às negociações.

A explicitação do favorecimento dos interesses de empresas mineradoras pelo Estado brasileiro serve de alerta para a necessidade de maior reflexão sobre o processo de revisão do Código Mineral que foi retomado em julho de 2017. A forma como o governo Temer lidou com a questão – por meio de Medida Provisória, ao invés de Projeto de Lei – já sugeria uma menor predisposição ao diálogo. Entretanto, o exemplo narrado pelo artigo mostra que mesmo processos formalmente democráticos não necessariamente garantem que as decisões tomadas democraticamente sejam respeitadas posteriormente, o que ressalta a necessidade de controle e pressão social durante todo o processo de tramitação de tais programas e políticas.

Os demais textos que compõem o dossiê tendem a focar mais nas estratégias voltadas para os movimentos de contestação, sejam movimentos de trabalhadores, sejam, majoritariamente, movimentos sociais.

O trabalho elaborado por XAVIER e VIEIRA (2017) analisa o uso do interdito proibitório por empresas mineradoras como forma de pressionar e criminalizar tanto lideranças sindicais quanto pessoas envolvidas na defesa das comunidades. O interdito proibitório é um instrumento legal que busca impedir, preventivamente, agressão à posse de uma pessoa. Porém ele passou a ser usado por empresas para inviabilizar manifestações públicas de organizações sindicais e, no caso específico do setor mineral, de movimentos sociais.

Em seu artigo, as autoras analisam dois casos do uso deste instrumento. O primeiro se deu por iniciativa da Vale S.A. e da Samarco de forma a constranger a capacidade do sindicato Metabase Inconfidentes de realizar manifestações públicas. O segundo caso avalia o uso do interdito proibitório pela empresa Anglo American, que o mobilizou contra pessoas atingidas que se manifestavam contra os impactos do empreendimento em Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais.

O quarto artigo desse dossiê, de autoria de CRUZ (2017), trata da atuação da Vale S.A. no estado do Pará, com foco nos conflitos entre a empresa e os pequenos agricultores locais no município de Canaã dos Carajás. O trabalho se inicia com uma perspectiva histórica, analisando a forma como a empresa, quando estatal, chegou à região. Posteriormente, o autor detalha os conflitos gerados durante a atuação da empresa, já privatizada, entre os anos de 2004 e 2012, trazendo não apenas elementos dessa atuação, como também da resistência dos agricultores.

O trabalho analisa, particularmente, as estratégias sociais utilizadas pela empresa. Entre as táticas discutidas, destacam-se o assédio e a pressão sobre as famílias dos produtores rurais, por meio de visitas regulares às propriedades que não foram vendidas, além da tomada de medidas e da realização do inventário de benfeitorias sem a autorização prévia dos proprietários. O texto ainda narra como a empresa se comporta como Estado, realizando o cadastro de propriedades sem a presença de servidores públicos, "proibindo" agricultores de investirem em benfeitorias em suas propriedades (sob o risco de não serem futuramente indenizados), criando situação de insegurança e desestabilizando laços sociais dentro das comunidades rurais. As semelhanças entre essas táticas e algumas daquelas narradas por SANTOS (2014) sugere padrões de comportamento que vão sendo adotados por empresas mineradoras, apesar de diferentes elementos de enraizamento social (HESS, 2004).

Em seguida, PENAFIEL (2017) traz uma experiência internacional, apresentando um estudo sobre as táticas sociais da mineradora Goldfields-La Cima, de capital majoritariamente sul-africano, na província de

Hualgayoc, no Peru. O uso de táticas discursivas pela mineradora é acentuado neste estudo. A autora identifica um discurso determinístico por parte dos representantes da empresa de forma a levar os moradores a entenderem a implementação do projeto de extração como algo inevitável e, assim, reduzir a contestação social. Ainda, há destaque para retóricas baseadas no otimismo tecnológico e para a definição e priorização dos problemas ambientais a partir das soluções tecnológicas que a empresa controla. Dessa forma, a companhia dá a entender que possui capacidade para mitigar qualquer impacto que venha a ser causado. Nesse sentido, o artigo dialoga bastante com o estudo de DOUGHERTY e OLSEN (2014), ao tratar do uso do discurso tecnológico na criação de sentimentos de confiança da comunidade em relação à empresa e, conseqüentemente, da redução das disputas e conflitos.

A pesquisa se mostra relevante dentro do contexto do dossiê não apenas por se tratar de um caso internacional, mas para mostrar elementos característicos de investimento resultantes da relação Sul-Sul, onde mineradoras de países periféricos atuam em outros países periféricos. Nesse sentido, o caso narrado em muito contribui para a discussão da transnacionalização de mineradoras brasileiras, que passam a atuar em outros países na América Latina ou na África, como no caso da Vale S.A. Esse não é o único paralelo que pode ser feito entre a mineração no Peru e no Brasil, uma vez que algumas das táticas sociais adotadas pela Goldfields-La Cima também já foram identificadas em estudos no Brasil. Por exemplo, a autora menciona a tática de "estar ausente", o que força comunidades a "dialogar" com representantes das empresas que não têm poder de decisão, além da criação de categorias de atingidos com vistas a dividir as comunidades e reduzir sua capacidade de resistência. Outra tática já identificada em estudos realizados no Brasil consiste na definição dos termos para negociação a partir de parâmetros patrimoniais, ignorando arranjos familiares ou comunitários de uso e acesso a direitos territoriais¹⁰.

O dossiê se encerra com o artigo escrito por FERREIRA e ARAUJO (2017), que apresentam uma revisão da literatura sobre a Licença Social para Operar (LSO). A LSO tem sido amplamente utilizada como estratégia de gestão de *stakeholders* e tentativa de redução do risco social associado, principalmente, às atividades extrativas (PINTO, 2015). Em seu trabalho, FERREIRA e ARAUJO (2017) apresentam uma avaliação dos artigos publicados sobre o tema e fazem reflexões sobre seu potencial uso no setor de petróleo. Uma vez que a tradução de práticas do setor mineral

¹⁰ Para relatos semelhantes no Brasil, ver PEREIRA *et al.* (2013); SANTOS (2014); SANTOS e MILANEZ (2015c).

para o setor petrolífero não se dá de forma automática, o trabalho se mostra como um esforço para uma avaliação de como aproximar estudos sobre estes setores.

Assim, o dossiê compila diferentes iniciativas de avaliação da atuação de empresas extrativas. Apesar da novidade do tema, percebe-se já certas possibilidades de diálogo com trabalhos produzidos internacionalmente, o que sugere a atualidade do tema e as potencialidades a serem exploradas. Pela natureza das redes de pesquisa das quais os organizadores participam, houve uma maior concentração dos trabalhos na extração mineral. Essa limitação do dossiê deixa em aberto a possibilidade para outras coletâneas que venham a focar no setor de petróleo e gás, uma vez que a importância de seus impactos sociais, econômicos e ambientais, também exige um olhar detalhado sobre o comportamento corporativo.

Considerações finais

Mais do que finais, estas devem ser encaradas como considerações iniciais. Considerações de uma pauta de pesquisa que se inicia e que é proposta a acadêmicos das ciências sociais – mas que não se restringe a esse campo disciplinar. Acredita-se, dessa forma, que pesquisas empíricas sobre o setor extrativo, orientadas pelo enquadramento das estratégias corporativas, revestem-se de grande relevância acadêmica e social.

Do ponto de vista teórico, a proposta objetiva avançar o conhecimento sobre indústrias extrativas no Brasil. Uma das pautas levantadas pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração (CNDTM) é que o Brasil precisa repensar seu modelo mineral e a relação da sociedade com esse setor (CNDTM, 2013). De forma semelhante, as especificidades constitutivas do caráter inerentemente contestável da RGPM diferenciam-na dos demais setores econômicos. Dessa forma, tais diferenças e os conflitos que delas emanam dificultam generalizações derivadas de outras áreas e demandam estudos específicos.

Ainda considerando a perspectiva teórica, a investigação da estratégia corporativa e de suas dimensões corresponde a um nível intermediário de generalização. Desse modo, acredita-se que as investigações empíricas sobre o setor extrativo no Brasil, que foram enormemente estimuladas pela expansão de projetos e conflitos nos últimos anos, têm muito a se beneficiar da caracterização de padrões de comportamento dos agentes – em nosso caso, das corporações mineradoras e petrolíferas – de maneira a ampliar as investigações e complementar os estudos da denúncia de violações de direitos e das formas de resistência.

A proposição desta agenda de pesquisa objetiva, portanto, ir além da discussão dicotômica entre convergência e divergência de estratégias de CTNs (PAULY e REICH, 1997; POON e THOMPSON, 2004). O que se busca é entender até que ponto “uma mineradora é uma mineradora é uma mineradora”¹¹ (MARSHALL, 2017a), de maneira que a estrutura da acumulação de capital e o regime de competição no setor – e em seus subsetores – conformam aspectos endógenos e exógenos à empresa e, principalmente, promovem sua diferenciação relativa.

Dentre as considerações relativas à relevância social, apesar de o *boom* de preços das *commodities* minerais já ter sido ultrapassado, a mineração continua sendo vista como um elemento crucial no crescimento do país por determinados grupos políticos e econômicos, ao mesmo tempo que cresce a contestação social aos projetos extrativos, ao menos entre uma fração da sociedade. Dessa forma, se por um lado, o governo federal lançou em 2017 o Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira, com o objetivo de aumentar a participação no PIB da mineração para 6% (MME, 2017); por outro, surgiu uma forte crítica dirigida à proposta de extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA) (URIBE *et al.*, 2017).

Portanto, as relações entre Estado, corporações extrativas e sociedade civil no Brasil vêm se reconfigurando de maneira rápida e oferecem uma oportunidade singular de a academia contribuir de forma significativa para uma melhor compreensão sobre o papel econômico e social da mineração no cenário nacional. A apropriação dessa discussão permanece pouco desenvolvida, quando comparada ao debate latino-americano. Dessa forma, esse dossiê se apresenta como uma proposta de integração de investigações dispersas e uma tentativa inicial voltada à construção e ao desenvolvimento dessa contribuição.

Um tal empreendimento nutre-se das inúmeras ações de resistência desenvolvidas por comunidades afetadas por projetos extrativos e do crescente poder coletivo de redes de movimentos voltadas ao controle social da mineração e da indústria do petróleo. Dessa forma, a agenda aqui proposta se reveste de certa urgência, à medida busca aprofundar o entendimento sobre a ação empresarial e o fortalecimento das condições de sua regulação pública, somando-se aos esforços da sociedade civil para a emergência da questão mineral no país.

¹¹ Referência ao verso “Rose is a rose is a rose is a rose” de Gertrude Stein, no poema *Sacred Emily*, escrito em 1913.

Referências

ACSELRAD, H. 2004. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Ed.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll.

ALVARENGA, C. P. D. 2006. *A vulnerabilidade econômica do município de Itabira, Minas Gerais, em relação à atividade mineral*. Ouro Preto. (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mineral Universidade Federal de Ouro Preto.

BAKHEIT, T. 2005. Mining & land access issues in South African mineral laws. *CEPMLP Annual Review*, Dundee, v.9, pp. 1-18.

BEBBINGTON, A. (Ed.). 2012. *Social conflict, development and extractive industry: evidence from South America*. London; New York: Routledge.

BEBBINGTON, A.; BURY, J. (Eds.). 2013. *Subterranean struggles: New dynamics of mining, oil, and gas in Latin America*. Austin: University of Texas Press.

BOWKER, L. N. 2015. *Samarco dam failure largest by far in recorded history*. Disponível em: <https://lindsaynewlandbowker.wordpress.com/2015/12/12/samarco-dam-failure-largest-by-far-in-recorded-history/>. 10 Out 2017.

BRIDGE, G. 2008. Global production networks and the extractive sector: governing resource-based development. *Journal of Economic Geography*, v. 8, n. 3, pp. 389-419.

BUNKER, S. G. 1985. *Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange, and the failure of the modern state*. Chicago; London: University of Chicago Press.

CARVALHO, C. G. et al. 2012. A dependência da arrecadação do município de Ouro Preto do setor mineral. *REM Revista Escola de Minas*, v. 65, n. 3, pp. 385-392.

CNDTM. 2013. *Lançamento do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração - Brasil*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=PPqaOwmWjIE>. 28 Jul 2013.

COELHO, M. C. N.; COTA, R. G. (Eds.). 1997. *Dez anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: UFPA/NAEA.

CRUZ, T. M. 2017. Avanço da mineração e a resistência camponesa em Canaã dos Carajás. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, v. 5, n. 1, pp. 94-114.

DASHWOOD, H. S. 2013. Global private governance: Explaining initiatives in the global mining sector. In: MIKLER, J. (Ed.). *The Handbook of Global Companies*. Chichester, West Sussex: Wiley-Blackwell.

DE JESUS SOARES, A. 2004. The impact of corporate strategy on community dynamics: A case study of the Freeport Mining Company in West Papua, Indonesia. *International Journal on Minority and Group Rights*, v. 11, n. 1-2, pp. 115-142.

DENEULT, A.; SACHER, W. 2012. *Imperial Canada Inc.: Legal haven of choice for the world's mining industries*. Vancouver: Talon Books.

DICKEN, P. 2011. *Global shift: Mapping the changing contours of the world economy*. New York: The Guilford Press.

DOUGHERTY, M. L. 2015. By the gun or by the bribe: firm size, environmental governance and corruption among mining companies in Guatemala, Bergen, *U4 Issue*, n. 17, Anti-corruption Resource Centre, September. 25p.

DOUGHERTY, M. L.; OLSEN, T. D. 2014. They have good devices: trust, mining, and the microsociology of environmental decision-making. *Journal of Cleaner Production*, v. 84, n. 1, pp. 183-192.

ELLEM, B. 2017. *The Pilbara: From the deserts profits come*. Crawley, UWA Publishing.

FERNANDES, F. R. C.; ARAUJO, E. R. 2017. *Banco de dados Recursos minerais e territórios: Impactos humanos, socioambientais e econômicos*.

FERREIRA, T. S.; ARAUJO, F. O. 2017. Licença social para operar: Reflexões da literatura sobre impactos bilaterais entre indústria petrolífera e pesca. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, v. 5, n. 1, pp. 136-151.

FIRPO, M. et al. 2017. *Mapa dos conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil*.

GONTIJO CHIABI, A. L.; GONÇALVES, C. A. 2010. Análise de estratégia de mudança da marca acrescentando valor: Um estudo da Vale. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, v. 3, n. 1, pp. 131-143.

GROSSI, Y. D. S. 1981. *Mina de Morro Velho: a extração do homem. Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GUEDES, G. B. 2015. *Mineração e Movimentos Sociais*. Rio de Janeiro. (Mestrado). Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

HARVEY, D. 2005. *O novo imperialismo*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Loyola.

HENDERSON, J. *et al.* 2011. Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 9, n. 15, pp. 143-140.

HESS, M. 2004. 'Spatial relationships? Towards a reconceptualization of embeddedness. *Progress in Human Geography*, v. 28, n. 2, pp. 165-186.

HOMMEL, T.; GODARD, O. 2005. Contestação social e estratégias de desenvolvimento industrial: aplicação do modelo da gestão contestável à produção industrial de OGM. In: VARELLA, M. D. e BARROS-PLATIAU, A. F. (Ed.). *Organismos geneticamente modificados*. Belo Horizonte: Del Rey.

KIRSCH, S. 2014. *Mining capitalism: The relationship between corporations and their critics*. Oakland, California: University of California Press.

LEIJH, V. P. J. 2013. *The attractiveness of juniors in the mining industry*. Rotterdam (MSc). Specialization in Urban, Port and Transport Economics, Erasmus University Rotterdam.

LYRA, M. G. 2016. The beginnings of the anti-mining movement in Brazil. *Peace Review*, v. 28, n. 1, pp. 38-45.

MAGNO, L. 2017. *Espacialidade e identidade política dos atingidos por mineração no Brasil: teorias, escalas e estratégias*. Florianópolis. (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.

MANSUR, M. S. *et al.* 2016. Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. In: ZONTA, M. e TROCATE, C. (Ed.). *Antes Fosse Mais Leve a Carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Marabá: Editorial iGuana.

MARSHALL, J. 2017a. *Mt. Polley e Rio Doce: Crônicas de duas tragédias anunciadas*. Juiz de Fora: Programa de Pós-graduação em Geografia

_____. 2017b. Rompimentos de barragens de rejeitos no Brasil e no Canadá: Uma análise do comportamento corporativo. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, v. 5, n. 1, pp. 27-46.

MILANEZ, B.; COELHO, T. P.; WANDERLEY, L. J. 2017. O projeto mineral no Governo Temer: Menos Estado, mais mercado. *Versos - Textos para Discussão PoEMAS*, v. 1, n. 2, pp. 1-15.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. 2013. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 19, pp. 119-148.

_____. 2015. Topsy-turvy neo-developmentalism: An analysis of the current Brazilian model of development. *Revista de Estudos Sociales*, v. 53, pp. 12-28.

MINAYO, M. C. D. S. 1986. *Os homens de ferro: Estudo sobre os trabalhadores da indústria extrativa de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce em Itabira, Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora.

MME. 2017. *Governo Federal anuncia Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira*. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/geologia-mineracao-e-transformacao-mineral/programa-de-revitalizacao-da-industria-mineral>. 18 Out 2017.

NAHAS, M. M. P. L. P. 2014. *Mineração e dinâmica produtiva: Efeitos da indústria extrativa mineral sobre a estrutura produtiva dos municípios mineradores de Minas Gerais*. Belo Horizonte. (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Minas Gerais.

NEM SINGH, J.; MASSI, E. 2016. Resource nationalism and Brazil's post-neoliberal strategy. In: HASLAM, P. A. e HEIDRICH, P. (Ed.). *The Political Economy of Natural Resources and Development: from neoliberalism to resource nationalism*. Abingdon; New York: Routledge.

OLIVEIRA, C. R. 2013. *Quem é quem nas discussões do novo código da mineração*. Rio de Janeiro: IBASE.

_____. 2015. *Quem é quem nas discussões do novo código da mineração 2014*. Rio de Janeiro: IBASE.

PAULY, L. W.; REICH, S. 1997. National structures and multinational corporate behavior: enduring differences in the age of globalization. *International Organization*, v. 51, n. 1, pp. 1-30.

PENAFIEL, A. P. P. 2017. Da mina de socavão à mina a céu aberto: Os novos pactos no caso do centro de mineração de Hualgayoc, Cajamarca, Peru. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, v. 5, n. 1, pp. 115-145.

PEREIRA, D. C.; BECKER, L. C.; WILDHAGEN, R. O. 2013. Comunidades atingidas por mineração e violação dos direitos humanos: Cenários em Conceição do Mato Dentro. *Revista Ética e Filosofia Política*, v. 16, n. 1, pp. 124-150.

PINTO, R. G. 2015. *Dos riscos das políticas às políticas do risco: Um estudo sobre os "riscos sociais corporativos" e suas formas de gestão*. Rio de Janeiro. (Doutorado). Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

POON, J. P.; THOMPSON, E. R. 2004. Convergence or differentiation? American and Japanese transnational corporations in the Asia Pacific. *Geoforum*, v. 35, n. 1, pp. 111-125.

RAJAK, D. 2011. *In good company: An anatomy of corporate social responsibility*. Stanford, California: Stanford University Press.

RAMALHO, J. R.; SANTOS, R. S. P.; LIMA, R. J. D. C. 2013. Estratégias de desenvolvimento industrial e dinâmicas territoriais de contestação social e confronto político. *Sociologia & Antropologia*, v. 3, n. 5, pp. 175-200.

ROJAS, C. M. O.; PEREIRA, D. B.; DIAS, J. B. 2017. Tensões e conflitos na metrópole belo-horizontina: (neo)extrativismo, comunidades locais e áreas protegidas. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, v. 5, n. 1, pp. 47-70.

SANTOS, A. F. M. 2014. Não se pode proibir comprar e vender terra: terras de ocupação tradicional em contexto de grandes empreendimentos. In: ZHOURI, A. e VALENCIO, N. (Ed.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

SANTOS, R. S. P. D. 2013. O projeto neoextrativista e a disputa por bens naturais no território: Mineração, direitos e contestação social em torno da terra e da água. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. D. S. e LAZZARIN, F. (Ed.). *Conflitos no Campo Brasil 2012*. Goiânia: CPT Nacional.

_____. 2017. A nova governança corporativa da Vale S.A.: Um percurso político em direção à "true corporation". *Versos*, v. 1, n. 4, pp. 1-20.

SANTOS, R. S. P. D.; MILANEZ, B. 2015a. The Global Production Network for iron ore: Materiality, corporate strategies, and social contestation in Brazil. *The Extractive Industries and Society*, v. 2, n. 4, pp. 756-765.

_____. 2015b. Redes Globais de Produção (RGPs) e conflito socioambiental: A Vale S.A. e o complexo minerário de Itabira. *VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária*, Goiânia. SINGA.

_____. 2015c. A RGP da Anglo American e conflitos socioambientais na mineração de ferro: Valor, poder e enraizamento no Projeto Minas-Rio. 39o. *Encontro da ANPOCS*, Caxambu. ANPOCS.

_____. 2017. Poder e Ação Econômica: Reflexões a partir do exercício do poder corporativo na mineração de ferro. 18º *Congresso Brasileiro de Sociologia*, Brasília. SBS.

SANTOS, R. S. P. D.; RAMALHO, J. R. 2015. Estratégias corporativas e de relações de trabalho no Brasil: Uma análise preliminar de 4 grupos multinacionais. *XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET)*, Campinas. ABET.

TARROW, S. 2009. *O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Editora Vozes.

TAUHATA, T. L.; MACEDO-SOARES, T. D. L. V. A. 2004. Redes e alianças estratégicas no Brasil: Caso CVRD. *RAE-eletrônica*, v. 3, n. 1, pp. 1-23.

TONTS, M.; PLUMMER, P.; LAWRIE, M. 2012. Socio-economic wellbeing in Australian mining towns: A comparative analysis. *Journal of Rural Studies*, v. 28, n. 3, pp. 288-301.

URIBE, G.; FERNANDES, T.; ALEGRETTI, L. 2017. *Governo Temer foge de atritos e revoga decreto que extinguiu a Renca*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/09/1921598-sob-pessao-temer-recua-e-decide-revogar-extincao-da-renca.shtml>. 18 Out 2017.

WANDERLEY, L. J. 2012. Movimentos sociais em área de mineração na Amazônia Brasileira. *E-Cadernos CES*, n. 17, pp. 56-84.

WEBER, M. 2003. *Ensaio sobre a teoria das ciências sociais*. São Paulo: Editora Moraes.

WILSON, J. D. 2013. *Governing global production resource networks in the Asia-Pacific steel industry*. Hampshire: Palgrave Macmillan.

XAVIER, J. B.; VIEIRA, L. P. O. 2017. Interdito proibitório: Instrumento de perseguição e isolamento da lutas populares. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, v. 5, n. 1, pp. 71-93.

ZHOURI, A. 2017. Mining, violence and resistance [Special issue]. *Vibrant*, v. 14, n. 2, pp. 72-239.

ZHOURI, A. et al. 2017. *Mapa dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais*.